



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ATA DA DÉCIMA NONA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, NA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA.

Às dezenove horas e vinte minutos do dia sete de outubro de dois mil e treze, no Plenário Amyntas de Barros, sob a presidência do vereador Henrique Braga e com a presença dos vereadores Adriano Ventura, Gilson Reis e Jorge Santos, reuniu-se, em caráter extraordinário, a Comissão de Orçamento e Finanças Públicas da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH. Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos. Da ORDEM DOS TRABALHOS, constou: I - Audiência Pública com “a finalidade de o Executivo fazer a apresentação do Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG, conforme áreas de resultado do Programa BH Metas e Resultados: Cidade Segura, Cidade com Todas as Vilas Vivas e Cidade Compartilhada; e de a sociedade ter a oportunidade de debater e de apresentar sugestões de alteração”, nos termos do Requerimento nº 1.741/13, de autoria dos vereadores Henrique Braga, Gilson Reis, Jorge Santos e Adriano Ventura. Foram convidados a tomar assento à mesa: 1) o secretário municipal de segurança urbana e patrimonial, Hélio dos Santos Júnior; 2) o secretário municipal de governo, Josué Costa Valadão; 3) a diretora de habitação da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte - Urbel, Júnia Marcia Bruno Neles, representante, neste ato, do diretor-presidente da Urbel, Genedempsey Bicalho Cruz. O presidente registrou a presença dos vereadores Coronel Piccinini, Joel Moreira Filho, Leonardo Matos e Pedro Patrus. O presidente explicou o funcionamento da reunião: primeiramente falariam os representantes do Executivo, depois a palavra seria passada ao público presente e, por fim, usariam a palavra os vereadores presentes. O secretário Josué Costa Valadão registrou o fato de essa reunião abrir um rito de apresentações, que permitirão debruçar-se sobre um volume de informações muito grande. Destacou que todo o



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

orçamento da Prefeitura de Belo Horizonte - PBH - fora organizado em 12 áreas temáticas, que abrangem 40 projetos sustentadores. Informou que todo o trabalho a ser apresentado fora organizado pela Secretaria Municipal de Planejamento e pela Secretaria Municipal Adjunta de Orçamento. Informou, ainda, que seriam apresentadas três áreas temáticas: Cidade Segura, Cidade de Todas as Vilas Vivas e Cidade Compartilhada. Registrou-se a presença do vereador Tarcísio Caixeta. O secretário Hélio dos Santos Júnior discursou sobre o projeto sustentador da área de segurança: Prevenção da Violência. Disse que essa estratégia do Governo se sustenta em pilares que pretendem proporcionar ao cidadão uma cultura de paz e oferecer proteção ao jovem, à família e, principalmente, às escolas. Apontou, como instrumentos de segurança no Município, a Guarda Municipal e o videomonitoramento, que apoiam a instrumentalização da Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG. Disse que o programa Prevenção da Violência possui três programas associados: Espaço Urbano Mais Seguro, Rede pela Paz e programas de ação comunitária. Afirmou que, com toda essa infraestrutura, pretende-se criar um espaço urbano seguro, que atue interativamente com a Empresa de Transportes e Trânsito-de Belo Horizonte S/A - BHTrans - e outros setores municipais, estaduais e federais, de forma a reduzir a taxa de mortalidade por acidente de trânsito, de 11,7%, registrada em 2009, para 7,6%, em 2016, para cada 100.000 habitantes. Indicou as principais metas e resultados previstos para os próximos quatro anos: 1) reestruturação da Secretaria Municipal de Segurança Urbana e Patrimonial, que passará a chamar-se Secretaria Municipal de Prevenção da Violência e Segurança, que será responsável por coordenar e centralizar os programas municipais que garantam uma cultura de paz e não violência; 2) ampliação, no programa relacionado ao Espaço Urbano Mais Seguro, da infraestrutura de videomonitoramento, com a instalação de 600 câmeras até 2016. Informou o início de processo de licitação para o videomonitoramento digital - CFTV, que propiciará o monitoramento, por câmeras, das escolas, dos postos de saúde, dos Centros de Referências de Assistência Social - CRAs - e dos conselhos tutelares; 3) instalação do Centro de Operações da

A handwritten signature in black ink, located at the bottom right of the page.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Prefeitura - COP - que congregará diferentes órgãos da PBH: BHTrans, Guarda Municipal, Defesa Civil, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, Superintendência de Limpeza Urbana - SLU, e garantirá o compartilhamento de imagens que permitirão ação mais dinâmica e ágil pelo poder público; 4) implantação de um programa de dissuasão da participação de jovens em gangues, pelo qual ex-membros de gangues seriam treinados na abordagem, intervenção e convencimento dos envolvidos no programa; 5) implantação do Projeto de Agentes de Suporte Familiar; 6) avanço no provimento das atividades extraescolares nas escolas de tempo integral localizadas nas áreas de risco; 7) realização de atividades de prevenção ao envolvimento com gangues, por meio de atividades educacionais nas escolas. Na área de Educação, disse que o Programa Rede pela Paz impõe: 1) implantar um plano municipal de segurança escolar; a formação dos profissionais da educação nos temas relacionados à violência, indisciplina e cultura da paz; 2) avançar com a implantação do Projeto Justiça Restaurativa; 3) consolidar o processo de promoção e estímulo à capacitação continuada, bem como ao trabalho interdisciplinar e multiprofissional, que visa à prevenção ao uso de drogas-lícitas e ilícitas; 4) qualificar diretores de escola, profissionais da Rede Municipal de Educação, integrantes da Guarda Municipal, que atuam nas escolas, e conselheiros tutelares, para ações de prevenção ao uso de drogas; 5) produzir e divulgar material técnico, teórico e informativo que visem à prevenção do uso indevido de drogas; 6) criar o Programa Educação para a Cidadania, com ênfase no manejo de conflitos em situação cotidiana, atuando nas escolas para o desenvolvimento de potencialidades para resolução pacífica de conflitos; 7) fortalecer a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil; 8) elaborar o Plano Municipal de Segurança, com objetivos de curto, médio e longo prazos; 9) definir acerca da participação do Município na segurança e na prevenção; 10) criar câmaras temáticas, que tratariam problemas específicos de cada região. Para atingir essas metas e resultados, seriam usados os seguintes instrumentos: 1) implantar o Observatório de Prevenção Social, que visa centralizar informações relevantes para a proteção dos cidadãos; 2) implementar o programa

A handwritten signature in black ink, located at the bottom right of the page.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Construindo o Futuro dos Nossos Jovens; 3) conectar as atividades dos Programas de Ação Comunitária, Intervenção Familiar e Programas Escolares de Prevenção ao Fica Vivo; 4) revitalizar as áreas públicas degradadas pelo uso e pela venda de drogas, por meio de ações coordenadas entre Guardã Municipal, Polícias Civil e Militar e áreas sociais. Registrou o aumento de 110% no valor previsto para a área Cidade Segura, que é de R\$ 965.000.000,00, oriundo, em sua maioria, de recursos próprios da PBH. Apontou que, a partir de janeiro, o Município passará a gerir a atividade de iluminação pública da cidade. Apresentou, então, valores previstos para os programas Serviços de Iluminação Pública, Gestão de Segurança Pública e Patrimonial, Ações de Defesa Civil e Prevenção da Violência. Para finalizar, destacou haver uma constância e um aumento significativo na disponibilização de recursos para investimentos na área de segurança. A diretora da Urbel, Júnia Márcia Bruno Neles, falou sobre a área temática Cidade com Todas as Vilas Vivas, que possui 3 programas, sendo 2 sustentadores: Vila Viva e Habitação. Apontou que a necessidade atual de acesso a uma moradia é de 62.500 unidades habitacionais, sendo 43.750 na faixa 1 e 18.750 na faixa 2. Explicou que a faixa 1 é a que inclui o programa do Governo Federal Minha Casa, Minha Vida. Informou que o primeiro empreendimento do Programa Minha Casa, Minha Vida, localizado no Bairro Jardim Vitória, havia sido entregue, totalizando 1.470 unidades habitacionais da faixa 1 e 480 da faixa 2. Disse que o objetivo do Município é implementar mais habitações para famílias das faixas 1 e 2, prioritariamente da faixa 1. Informou que, de 1994 a 2013, haviam sido construídas 14.051 unidades habitacionais, das quais especificou que 7.760 haviam sido construídas no Governo Marcio Lacerda. Apresentou a perspectiva de metas para o Programa Minha Casa, Minha Vida, que é a construção de 29.973 unidades habitacionais, sendo 25.559 na faixa 1 e 4.414 na faixa 2. Informou que, de 2012 a 2016, serão construídas 3.811 moradias por meio do Projeto Vila Viva e mais 22.855 moradias a serem entregues pelo Programa Minha Casa, Minha Vida. Lembrou que a Lei nº 10.628/13 aprovou as Áreas de Especial Interesse Social - AEIS - públicas, que

A handwritten signature in black ink, located at the bottom right of the page.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

permitirão a construção de mais 4.000 unidades habitacionais. Para exemplificar, citou o Bairro Piratininga. Informou a tramitação na Casa de projeto de lei que trata das AEIS privadas, que permitirão a construção de mais 30.000 unidades habitacionais, dando, como exemplo, área do Bairro Mantiqueira. Registrou que outras áreas da cidade estão sendo objeto de estudo, para que projeto de lei possa ser enviado a esta Casa, de forma a permitir a construção de outras 16.000 unidades habitacionais, e citou como exemplo área do Bairro Jatobá. Disse que, se todas as propostas forem viabilizadas, serão 81.784 unidades habitacionais construídas até 2016. Assim sendo, disse que a proposta é reduzir o déficit habitacional, até 2016, para 41.618 unidades. Apontou as principais metas e resultados previstos: implantar 13 novos Planos Globais Específicos elaborados; eliminar 950 situações de risco geológico alto e muito alto; conclusão dos Vilas Vivas: em 2014 - Vila Cemig/Alto das antenas e Vila São José; em 2015: Vila Pedreira Prado Lopes, Aglomerado São Tomás/Aeroporto, Várzea da Palma e Santa Terezinha; em 2016: Aglomerado Morro das Pedras, Taquaril e Aglomerado da Serra; em 2017: Aglomerado Santa Lúcia. Informou que os valores previstos do PPAG, de 2014 a 2017, sofreram um aumento de 40% e equivalem a R\$1.600.000.00,00, sendo 43,3% oriundos de recursos próprios da PBH e 56,7%, oriundos de repasses e empréstimos. O secretário Josué Costa Valadão tratou da área temática Cidade Compartilhada. Apresentou um breve histórico de como se chegou ao PPAG. Relatou que, em 2010/2011, foi feita uma reorganização da cidade em 40 territórios de gestão compartilhada, de forma a aglutinar os bairros por suas características semelhantes, como acessos viários, índice de salubridade ambiental, aspectos socioeconômicos, valor venal, entre outros. Disse que, após essa divisão, iniciou-se o Planejamento Participativo Regionalizado - PPR, que promoveu um processo de escuta à comunidade em relação às demandas para melhoria da qualidade de vida de seu território. Seguiu-se, então, uma fase de formulação de propostas para os 40 territórios de gestão compartilhada, que, na sequência, foram discutidas e avaliadas, para retorno à comunidade. Informou que o PPR resultou em 214 oficinas públicas e reuniões

A handwritten signature in black ink, located at the bottom right of the page.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

realizadas, 9.068 participações, criação de 40 grupos de trabalho territorial e 2.500 propostas recebidas, que se tornaram a base do PPAG ora apresentado. Destacou que a área Cidade Compartilhada possui dois programas, sendo um sustentador: Orçamento Participativo e Gestão Compartilhada. Quanto à participação da população acima de 16 anos na gestão da cidade, informou que, atualmente, encontra-se na faixa de 4,4%, que pretende ser ampliada, até 2016, para 6,5%, que englobaria cerca de 122.000 participações. Quanto à situação geral dos empreendimentos do OP, disse que 75,89% das obras estão concluídas e que 24,11% estão em andamento. Apresentou a situação dos empreendimentos do OP por ano de rodada, que totalizam 366 ainda em andamento. Explicou que determinados projetos, no momento da execução, possuem uma expectativa de custo, mas quando passa para a fase de execução, esse valor se eleva, o que gera engessamento orçamentário. Explicou, também, haver obras que dependem de intervenções dos governos estadual e federal. Disse que a meta do PPAG é terminar 284 das 366 obras faltantes até dezembro de 2016, ficando excluídos os 105 do OP 2013/2014. Indicou as principais metas/resultados previstos: realizar o Orçamento Participativo Digital em 2013 e 2015 e o Orçamento Participativo Regional, em 2014 e 2016; o Orçamento Participativo da Criança e do Adolescente, a partir de 2014; e os programas “A Prefeitura Mais Perto de Você”, a ser realizado anualmente, e o “Fiscal da Cidade”, a ser implantado até 2014. Informou que os valores previstos para o atingimento dessas metas é de R\$662.000.000,00, sendo cerca de 70% oriundos de recursos próprios. A palavra foi passada ao público presente. O presidente do Conselho Comunitário de Segurança Pública, Ernani Ferreira Leandro, informou ter feito encontros semanais, com a comunidade e lideranças locais, para discussão do PPAG e da LOA, para apresentação de sugestões de emendas a esses projetos. Lamentou que, na área de resultado Cidade Segura, não tenha sido feita referência ao Conselho Comunitário de Segurança Pública, que, segundo afirmou, possui contribuições a dar para a cidade. Na área de resultado Cidade com Todas as Vilas Vivas, solicitou que a obra do Aglomerado Morro das Pedras seja antecipada para

A handwritten signature in black ink, located at the bottom right of the page.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

2014. Disse que a Regional Oeste encontra-se sem gerente de OP desde janeiro passado. O assessor do vereador Delegado Edson Moreira, Frederico Marinho, indagou: 1) se a Guarda Municipal será expandida para outras funções e se será armada; 2) onde estão acondicionados os armamentos e as munições adquiridos entre 2004 e 2006; 3) sobre a capacidade de execução de seis campanhas de segurança apresentadas no PPAG; 4) o motivo de a segurança particular do prefeito e do vice-prefeito não estar inserida no plano de Cidade Segura, mas em Modernização. Avaliou que essa segurança deveria ser feita pela Guarda Municipal e não pela PMMG, uma vez que a população clama pela presença dos policiais nas ruas. A moradora da Vila Marçola e membro do Conforça, Maria do Carmo Oliveira Santos, declarou que as obras do Vila Viva são muito precárias, pois não duram cinco anos, e que o recapeamento das ruas do bairro onde mora encontra-se desgastado, por ter sido instalado com material de má qualidade. Solicitou que os moradores da Vila Marçola sejam tratados como seres humanos e não como porcos. A presidente da Associação de Moradores do Bairro Taquaril, Edneia Aparecida de Souza, disse que, no planejamento apresentado, havia faltado a informação da quantidade de recursos a serem disponibilizados para os reassentamentos das famílias residentes em área de risco. Destacou o fato de haver dois orçamentos participativos: o de obras e o de habitação. Disse que este difere do Programa Minha Casa, Minha Vida. Lembrou que a unidade construída no Município oferecia qualidade de vida para pessoas que nela moravam, em razão de possuir um tamanho adequado. Por sua vez, destacou que, no programa do Governo Federal, não é possível fazer intervenções na unidade habitacional, que, segundo afirmou, não oferece qualidade e dignidade de vida a seus moradores. Solicitou, assim, a manutenção do programa habitacional do município, com recursos destinados unicamente para esse programa. O coordenador da Pastoral Metropolitana dos Sem Casa, Gladstone Otone dos Anjos, manifestou preocupação com o fato de a maioria dos programas ora apresentados se basearem no aspecto quantitativo e não no qualitativo. Registrou que quem usará esses programas é a população de baixa renda que, não é consultada para saber o

A handwritten signature in black ink, located at the bottom right of the page.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

que ela quer. Disse que o PPAG estava sendo legitimado sem uma discussão com a população de baixa renda. Criticou, ainda, a ausência de material disponível para consulta na reunião. A relações públicas do Conselho Municipal do Saneamento, Saúde e Cultura, Aparecida Maria Martins Pereira, disse sonhar com uma cidade realmente segura. Manifestou preocupação com a juventude ociosa. Disse que a proposta de Cidade com paz é muito bonita, mas disse esperar que não se torne utopia. Declarou que violência não é só agressão física, é encontrada também na maneira de se expressar. Relatou ter sido maltratada na Regional Noroeste. A coordenadora-geral do Núcleo Habitacional São Gabriel e Adjacências, Eliete de Oliveira Soares, apontou que a segurança deve começar pelas escolas, em razão do aumento da violência contra os profissionais educadores. Disse não ter percebido no PPAG algum programa que promova intervenção nisso. Destacou que propostas do Programa Local de Habitação de Interesse Social – Plis – não estariam sendo adotadas pelo PPAG. Disse que a moradia está sendo tratada como mercadoria e que não estão sendo respeitadas as condições adequadas de moradia, uma vez que são instaladas em bairros sem urbanização, transporte público, sem condições adequadas de acessibilidade, entre outros. Nemer Sanches de Souza solicitou fosse disponibilizada, com antecedência, a apresentação a ser feita pela PBH nessas audiências públicas, de forma a permitir um estudo prévio sobre essas apresentações e, assim, possibilitar apresentar uma posição crítica sobre o projeto. Disse que a apresentação não fez uma comparação entre o que foi orçado e o que foi executado. Apontou que o PPAG é um contrato do governo com a sociedade e, por isso, os valores não podem ser alterados de forma estratosférica. José Gomes Ferreira disse residir em um bairro esquecido pela PBH. Relatou que há 40 anos espera por obras no córrego marselhesa. Relatou, também, asfaltamento de má qualidade, ausência de transporte coletivo, entre outros problemas. Disse que o local onde mora é uma vila isolada da regional barreiro e solicitou ajuda para aquela comunidade. O diretor do Sindibel, Carlos Apolinário, declarou que a cidade está passando por várias dificuldades, por falta de segurança. Indagou se a Guarda Municipal vai

A handwritten signature in black ink, located at the bottom right of the page.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

trabalhar com armamento e, se isso ocorrer, se haveria uma preparação para os guardas. Conceição, do Conselho do Idoso da Regional Nordeste, considerou que os locais de reuniões para discussões desse tipo de projeto não estimulam a participação popular. Avaliou que a instalação de colégios de qualidade em cada bairro da cidade ajudaria a afastar os jovens da violência e das drogas. O vereador Gilson Reis considerou a realização dessas audiências um avanço para a cidade de Belo Horizonte. Solicitou a construção de um *software* para acompanhar a aplicação de cada centavo do PPAG. Apontou que o número de casas é importante, mas que seria mais importante saber se essas casas atendem aos moradores. Apontou que a coordenação de metas e resultados tem sido realizada por meio de consultorias privadas e indagou por que não é executada por servidores públicos especializados. Indagou, ainda, se o Município teria condições de assumir a responsabilidade de gestar a iluminação pública da cidade a partir do próximo ano. Indagou se as 600 câmeras de segurança seriam instaladas por meio de Parceria Público-privada - PPP - e em qual área da cidade serão instaladas. Apontou que, de acordo com o PPAG apresentado, não havia previsão para execução das obras do OP a serem aprovadas em 2013/2016. Diante dos empréstimos públicos contratados pela PBH, perguntou qual o valor de cada unidade habitacional. O vereador Jorge Santos apontou o trabalho da Casa no combate às drogas, em especial o *crack*. Apontou a necessidade da instalação de câmera de segurança em frente à faculdade Newton Paiva, em razão do grande número de assaltos na região. Destacou o aumento do número de moradores de rua debaixo de viadutos, que, segundo afirmou, estão se tornando reduto de ponto de drogas. Solicitou local para instalar esses moradores de rua, de forma a minimizar o número de assaltos e o uso de drogas. O vereador Tarcísio Caixeta considerou que, quando se discute o PPAG, discutem-se diretrizes para quatro anos de governo. Indagou, então, se o crescimento vegetativo da cidade fora observado, para responder aos investimentos previstos no planejamento apresentado, e se esse crescimento vegetativo fora levado em consideração para o índice objeto do déficit habitacional. Questionou qual é a

A handwritten signature in black ink, located at the bottom right of the page.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

necessidade da PBH, do ponto de vista da capacitação profissional e pessoal, para atender a essa demanda de investimento. Perguntou, ainda, se a área de políticas sociais estaria equipada o suficiente, do ponto de vista humano, para atender a esse crescimento. O vereador Adriano Ventura considerou que tudo aquilo que a população desejava em termos de qualidade deveria ser convertido, nessa reunião, em quantidade, em razão de o PPAG tratar apenas de números e valores. Apontou, no entanto, caber a outras instâncias discutir a questão da qualidade e citou, como exemplo, o Conselho Municipal de Habitação. Destacou a necessidade de a Casa aprovar os seguintes projetos: 1) um que trata das AEIS privadas, para garantir a construção do número de unidades habitacionais previstas no PPAG; 2) outro relativo às áreas verdes, de forma a definir os parâmetros para que possam se tornar áreas de habitação; 3) outro que trata do IPTU progressivo. Avaliou não ter ficado claro, nos recursos destinados à habitação, quanto seria fruto do Fundo Municipal de Habitação e quando seria fruto de repasse. Apontou que do PPAG não consta a unidade orçamentária referente ao Hospital do Barreiro e ao Centro Administrativo Municipal. O vereador Pedro Patrus indagou o custo para a realização de cursos para os guardas municipais. Informou que alguns municípios mineiros haviam ganhado, na Justiça, o direito da não municipalização da gestão da iluminação pública e, diante disso, indagou se o município ajuizaria ação nesse sentido. Avaliou faltar tempo para analisar melhor esse projeto. O vereador Joel Moreira Filho apontou a complexidade de gerir uma cidade, principalmente diante de tantas demandas nas áreas de segurança, de habitação e social. Parabenizou a comissão pelo debate produtivo para a sociedade. Registrou o trabalho e a interlocução do Executivo na construção de políticas públicas com a sociedade. Às 21h20min, o presidente prorrogou a reunião por mais trinta minutos e retornou a palavra aos representantes do Executivo, para responderem as perguntas elaboradas nessa reunião. O secretário Hélio dos Santos Júnior reconheceu a importância dos conselhos comunitários de segurança pública, que, segundo afirmou, serão sempre contactados para discutir as questões de segurança. Declarou que a Guarda Municipal

A handwritten signature in black ink, located at the bottom right of the page.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

vive um processo de expansão e modernização e, apesar de possuir apenas 10 anos de atuação, é detentora de grande aceitação popular. Afirmou que a Guarda Municipal atua, por obrigação e por decisão governamental, em todas as escolas e em todos os postos de saúde, CRAS e conselhos tutelares. Além disso, exerce atividades de trânsito e está presente em praças, parques e centros de convivência. Destacou a parceria da Guarda Municipal com a PMMG e com Polícia Civil. Apontou, ainda, a credibilidade da Guarda, pelo que tem tido voz em todos os ambientes de segurança pública. Quanto ao armamento e à munição, informou que a PBH dispõe de 300 revólveres, 50 pistolas e munição, adquiridos em 2006, que se encontram sob responsabilidade e custódia da PMMG. Afirmou que a munição, desde que lacrada, dura 15 anos. Afirmou, também, que não há uma definição sobre armar ou não a Guarda Municipal, apesar de esse assunto ser muito debatido pelo Executivo. Informou que, recentemente, fechara uma demanda com a Polícia Federal sobre o que era preciso para armar a Guarda Municipal. Quanto às campanhas em escolas, disse estar obedecendo a um planejamento de governo, na área de segurança, por pessoas habilitadas e reconhecidas internacionalmente. Registrou o apoio nesse plano do Centro de Referência de Criminalidade e Segurança Pública - Crisp - da UFMG. Quanto à segurança pessoal do prefeito, informou que, há décadas, esta é feita por convênio com a PMMG. Destacou que essa função precisa ser exercida por pessoas bastante gabaritadas. Registrou que a Guarda Municipal não está habilitada para proteger pessoas, pela falta tanto de treinamento quanto de competência legal. Ressaltou a necessidade de a comunidade caminhar junto com a Administração Pública para resolver o problema das drogas. Quanto à iluminação pública, disse que a decisão de atribuir essa responsabilidade aos municípios fora da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, decisão essa que envolve todas as prefeituras do Brasil. Sobre câmeras de videomonitoramento, disse que sua instalação não é efetuada por meio de Parceria Público Privada - PPP, mas trata-se de investimento do tesouro municipal. Explicou que as estratégias de localização dessas câmeras se baseiam em estudos técnicos da Secretaria de Estado de Defesa

A handwritten signature in black ink, located at the bottom right of the page.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

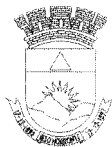
Social e pelos dados de que dispõe a PBH. Afirmou, então, que o critério de instalação não é político e sim, técnico. Informou que o preço para instalação de uma câmera fica em torno de 60.000 reais, fora o custo mensal de sua manutenção. Quanto ao *crack*, ressaltou que o Município possui um conselho que cuida dessa área e participa de programa do Governo Federal intitulado “*Crack, é possível vencer*”. Relatou, ainda, que, em Belo Horizonte, definiram-se quatro locais chamados de “cena de uso” - Floresta, Pedreira Prado Lopes, Santa Branca e Centro - que serão monitorados, constantemente, pela PMMG. Informou que o Governo Federal cedeu cerca de 20 câmeras de vídeo-monitoramento para esses locais. No entanto, registrou que o caro não é ceder o equipamento, mas o monitoramento e manutenção dessas câmeras. Registrou, ainda, que caberá ao Município os custos com iluminação e energia elétrica gastos nessas cenas de uso. A secretária Júnia Marcia Bruno Neles disse não possuir, naquele momento, a previsão do número de unidades habitacionais para reassentamento, mas que poderia fornecê-lo posteriormente. Destacou que o próximo empreendimento do Programa Minha Casa, Minha Vida deverá abarcar cerca de 500 pessoas do Bolsa Moradia, provenientes de áreas de risco e da área social e os moradores de rua. Destacou que os oriundos das áreas de risco não pagam pela unidade habitacional. Quanto ao tamanho da edificação, apontou que Belo Horizonte trabalha com a faixa 1, cuja unidade habitacional possui em torno de 40 m², mas registrou a existência de demanda de famílias mais numerosas e, em função dessa demanda, está sendo trabalhada, para os próximos empreendimentos, a possibilidade de construção de algumas unidades habitacionais com 3 quartos. Disse tratar-se de demanda legítima, à qual o município não está alheio. Informou que o aporte feito pelo Fundo de Habitação do Município às unidades habitacionais varia de empreendimento para empreendimento, sendo os valores na faixa de R\$800,00 a R\$10.000,00 por unidade, de acordo com a infraestrutura e necessidade. Informou que Belo Horizonte possui um financiamento de R\$65.000,00 por unidade. Quanto ao déficit habitacional, informou que esse é baseado nas 99.400 inscrições feitas no Programa Minha Casa, Minha Vida. Disse que o

A handwritten signature in black ink, located at the bottom right of the page.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Conselho Municipal de Habitação é o local para discutir a qualidade das unidades habitacionais. Registrou, no entanto, que o bairro Capitão Eduardo receberá toda a infraestrutura necessária - escolas, postos de saúde, abertura de ruas, entre outros - para a instalação ali de moradias do programa Minha Casa, Minha Vida. Passou a palavra para a diretora de planejamento, Cristina, que informou haver uma meta no programa sustentador de 3.811 unidades habitacionais para reassentamento, que inclui as unidades do Vila Viva, do OP e programas que trabalham com fundos de vale e de enchentes. Afirmou que os recursos para atingimento dessa meta está embutido do orçamento do Vila Viva. Com relação ao crescimento vegetativo, apontou que o Plis faz uma projeção de, em 2030, construir, a cada 4 anos, 20.000 unidades habitacionais, de forma a reduzir o déficit habitacional. O secretário Josué Costa Valadão disse que a segurança do Prefeito está relacionada na área de Modernização, pois, por serem doze áreas de resultado e uma delas ser a de Modernização, vários programas da vida da PBH foram agrupados no tópico da modernidade. Ressaltou ser feita pela PMMG por força de convênio. Apontou a importância de realizar debates no Conselho Municipal da Habitação sobre a questão da qualidade dos apartamentos. Registrou que não apenas a classe média participara do PPR, mas pessoas de todas as classes, totalizando mais de 9.000 participações. Apontou que a classe baixa é a que mais participa desses programas. Destacou que os problemas ocorridos durante a apresentação orçamentária realizada na Serraria Souza Pinto se dera em razão do número limitado de acomodações. Registrou, ainda, que a PBH identificara diversos lotes da cidade, inseridos na malha urbana, as quais pretendem ser declaradas como AEIS. Destacou que, apesar de densos, os volumes do orçamento, bem como suas apresentações, encontram-se disponíveis no *site* da PVH, desde o dia 1º/10/13. No entanto, registrou a necessidade de mais tempo para melhor digerir as informações aqui apresentadas. Registrou a necessidade de realizar reuniões nas regionais, de forma a garantir a gestão compartilhada. Lembrou que, em 2009, a CMBH solicitou acesso ao sistema orçamento da PBH e disse acreditar que esse acesso não havia sido desativado. Destacou



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

o trabalho da BH Metas e Resultados para fiscalizar o andamento dos 40 projetos constantes do PPAG. Apontou a dificuldade que a PBH terá para fazer a manutenção do poste e das luminárias, em função de determinação da Aneel, que delegou ao Município a gestão da iluminação pública. Registrou ter sido adotado o critério de orçamento regionalizado para utilização das PPPs e dos aportes do Fundo Municipal de Habitação. Considerou, por fim, a necessidade de promover muitos debates para discutir a situação dos moradores de rua, bem como dos usuários de tóxicos. O presidente convidou a todos para a próxima audiência no dia 11/10/13 e agradeceu sua presença. Nada mais havendo a ser tratado, às vinte e uma horas e cinquenta e três minutos, o presidente declarou encerrados os trabalhos. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pelo presidente desta reunião.

Presidente.....

